



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CAMPUS AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MATHEUS VINÍCIUS MENDES GIBSON

MILAGRE ECONÔMICO: Uma Análise Comparativa Entre Brasil (1968 – 1973) e China
(1978 – 2012)

Caruaru

2022

MATHEUS VINÍCIUS MENDES GIBSON

MILAGRE ECONÔMICO: Uma Análise Comparativa Entre Brasil (1968 – 1973) e China
(1978 – 2012)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Ciências Econômicas
Do Campus Agreste da Universidade Federal de
Pernambuco - UFPE, na modalidade de artigo
científico, como requisito parcial para a obtenção
do grau de bacharel em Economia.

Área de concentração: Desenvolvimento
Econômico

Orientador (a): Prof. Dr. Marcio Miceli Maciel de Sousa

Caruaru

2022

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Deus, pois sem Ele nada disso seria possível. Pelo apoio prestado durante todos os anos da graduação, agradeço à minha família, em especial ao meu pai, José Eduardo de Albuquerque Gibson, à minha mãe, Adriana Mendes Gibson e ao meu amado avô, José Pereira da Silva Filho.

Agradeço ao meu orientador, Marcio Miceli Maciel de Sousa, por tanta dedicação, paciência, auxílios e conhecimentos compartilhados ao longo deste trabalho, além das excelentes disciplinas ministradas durante a graduação.

Por fim agradeço a todos os professores do Curso de Ciências Econômicas do Campus Agreste que contribuíram para a minha formação assim como para o meu apreço pela vida de estudo.

Milagre econômico: uma análise comparativa entre Brasil (1968 – 1973) e China (1978 – 2012)

Matheus Vinícius Mendes Gibson¹

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo analisar os fatores responsáveis pela ocorrência do Milagre Econômico Brasileiro no período de 1968-1973 comparando-o ao Milagre Econômico Chinês no período entre 1978-2012. A quantidade de publicações sobre o assunto é bastante completa, contudo, poucos destes trabalhos têm como objetivo principal fazer uma análise comparativa entre os processos de “milagre econômico” chinês e brasileiro. Por esse motivo, através de uma revisão bibliográfica repleta de artigos, teses e dados de alguns autores relevantes foi possível desenvolver tal estudo, conjuntamente se deu a utilização de dados de instituições, como o IBGE e o Banco Mundial. A partir dos estudos realizados foi possível observar que os resultados apresentados pelo modelo econômico chinês foram muito mais satisfatórios e duradouros em comparação com o modelo econômico brasileiro, não tanto em relação a média de crescimento do produto interno bruto, que na China cresceu cerca de 9% a.a. enquanto o do Brasil cresceu 11% a.a., mas principalmente nos resultados ligados ao tempo de crescimento que foi cerca de 29 anos mais longo no país asiático e na redução de pessoas que saíram da linha da pobreza, tirando aproximadamente 500 milhões de chineses da condição de miséria.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Crescimento Econômico Brasileiro; Crescimento Econômico Chinês.

ABSTRACT

This work aims to analyze the factors responsible for the occurrence of the Brazilian Economic Miracle in the period 1968-1973, comparing it to the Chinese Economic Miracle in the period between 1978-2012. The number of publications on the subject is quite complete, however, few of these works have as main objective to make a comparative analysis between

¹Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: matheus.gibson@ufpe.br

the Chinese and Brazilian “economic miracle” processes. For this reason, through a bibliographic review full of articles, theses and data from some relevant authors, it was possible to develop such a study, together with the use of data from institutions such as the IBGE and the World Bank. From the studies carried out, it was possible to observe that the results presented by the Chinese economic model were much more satisfactory and lasting compared to the Brazilian economic model, not so much in relation to the average growth of gross domestic product, which in China grew by about 9 % p.a. while Brazil's grew 11% p.a., but mainly in the results linked to the growth time that was about 29 years longer in the Asian country and in the reduction of people who left the poverty line, taking approximately 500 million Chinese from the condition of misery.

Keywords: Development; Brazilian Economic Growth; Chinese Economic Growth.

DATA DE APROVAÇÃO: 25 de maio de 2022.

1 INTRODUÇÃO

Os períodos de crescimento econômico são situações presentes nos ciclos da economia mundial, despertando grande satisfação entre a população e interesse entre os economistas, historiadores e outros profissionais que se dedicam ao tema. Alguns desses momentos merecem ser observados e analisados de forma mais detalhada, como é o caso do Brasil e da China. Assim, os períodos entre 1968-1973 no Brasil e 1978-2012 na China ficaram conhecidos por serem intervalos de grande crescimento econômico e acabaram ficando conhecidos como períodos de “milagre econômico”, ilustrados pelo crescimento do produto interno bruto (PIB) na casa dos 10% ao ano (a.a.), além de grandes taxas de industrialização e resultados bastante favoráveis na balança comercial, como apresentado por Cano (2013).

Após a crise de 1929, com a quebra da bolsa de valores nos Estados Unidos (EUA) que levou a uma crise mundial, foi possível notar a fragilidade do liberalismo econômico e do processo de auto regulação do mercado. Nesse caso, ficou nítida a importância da intervenção estatal no desenvolvimento e no crescimento da economia dos países, além disso, sem essa participação nota-se a dificuldade do desenvolvimento de alguns setores muito importantes, como é o caso da indústria. Nesse sentido, pode-se observar que os ambientes

economicamente favoráveis e a influência do governo favoreceram os conhecidos períodos de crescimento econômico tanto no Brasil quanto na China.

Tratando-se do Milagre Econômico Brasileiro, nenhum período foi tão exemplar relacionado às extraordinárias taxas de crescimento do PIB e a inflação declinante. É importante frisar que o início do regime militar de 1964 foi um marco importantíssimo para a virada do modelo de desenvolvimento brasileiro, colaborando para o aumento da concentração de renda segundo demonstrado por Furtado (1968). No período entre 1968-1973 o PIB brasileiro cresceu em à uma taxa média de 11,2%, alavancado pelo crescimento considerável do setor de produtos duráveis (VELOSO, VILLELA, GIAMBIAGI;2008).

Em relação ao Milagre Econômico Chinês que ocorreu entre 1978-2012, pode-se dizer que a China surpreendeu todo o mundo nas últimas três décadas por seu crescimento econômico excepcional, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e se tornando a segunda potência econômica mundial. Essa mudança se deu principalmente pela alteração no modelo estrutural e econômico chinês, viabilizando assim, a saída de uma economia fechada para um modelo aberto e fortemente ligado ao ramo das exportações, levando a China a um crescimento médio de 10% (a.a.) entre 1980-1995, resultados jamais vistos na história do país (CISESKI; 2012).

Portanto, o objetivo desse presente estudo é analisar as características deste fenômeno ocorrido no Brasil e na China, estabelecendo relações entre as suas semelhanças e diferenças, bem como as repercussões na qualidade de vida da sua população e aprofundar um pouco mais sobre a importância da participação do Estado como força motriz de desenvolvimento econômico. Diante da relevância desse tema e da necessidade de estudos mais atuais, entende-se que mais do que nunca o mundo tem vivido períodos de crise impulsionados pela pandemia de COVID-19 e por momentos de instabilidade econômica oriundos dos conflitos armados entre Ucrânia e Rússia.

Sendo assim, a observação e o exemplo de períodos de elevado crescimento econômico podem auxiliar na atual situação brasileira e mundial em 2022, buscando soluções e apontando exemplos de modelos econômicos que deram certo, analisando a importância da participação do Estado no desenvolvimento da economia, visto que o país e o mundo atravessam por momentos de baixíssimo crescimento econômico ou até mesmo de recessão e, mesmo assim, segue insistindo em políticas fiscais contracionistas, ao contrário das utilizadas em ambos os países analisados no recorte temporal que fora definido.

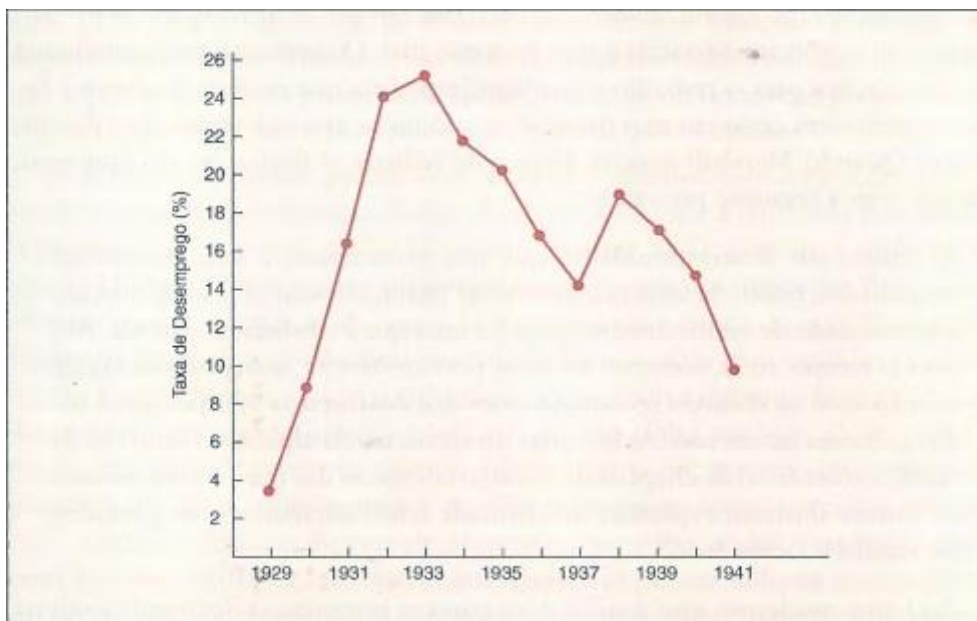
2 O PAPEL DO ESTADO COMO INDUTOR DO CRESCIMENTO NA PERSPECTIVA DA TEORIA ECONOMICA – TEORIA KEYNESIANA

Durante a formulação e aplicação de algumas teorias econômicas ao longo da história, a participação do Estado foi essencial e assumiu diversas funções na atividade econômica, entretanto, em outros momentos o Estado acabou sendo apenas um expectador, tendo um papel passivo na atividade econômica, priorizando a liberdade do mercado e cultuando a conhecida “mão invisível”, apresentada por Adam Smith na sua obra *“A Riqueza das Nações”*.

Outros economistas clássicos e neoclássicos ficaram muito famosos valorizando esse tipo de pensamento econômico, como é o caso de David Ricardo, John Stuart Mill e até mesmo Carl Menger, defensores ferrenhos da não interferência estatal na economia. Os mesmos acabaram ganhando notoriedade posteriormente mesmo após a crise em 1930 com os conhecidos anos “Dourados do Capitalismo” e viram sua vertente crescer consideravelmente, na década de 1970, entretanto, com o retorno dos períodos de crise e instabilidade mundial como durante a crise deflagrada em 2008, voltou à tona a temática defendida pelos economistas Keynesianos.

Em contraponto aos economistas clássicos, a crise de 2008 e a Grande Depressão na década de 1930 foram grandes exemplos de como a falta da participação do Estado na economia pode ocasionar um problema enorme. Esse período fez com que a economia mundial acabasse entrando em um declínio sem precedentes na época, como no caso dos Estados Unidos onde as taxas de desemprego saíram de 3,2% em 1929, para 25,2% em 1933 (FROYEN; 1983).

Figura 1 - Taxa de Desemprego nos EUA (em %)



Fonte: MACROECONOMIA (apud FROYEN, 1999, p. 89)

Tratando-se de Keynes, a macroeconomia moderna iniciou-se por volta de 1936, com a publicação da sua obra *“Teoria geral do emprego, do juro e da moeda”*, pois a economia mundial passava por um momento de grande instabilidade e crise provinda da Grande Depressão, que ocasionou um desastre econômico e intelectual, pois refutava os pensamentos liberais que guiaram a economia durante anos e não conseguiam encontrar uma explicação plausível sobre as causas e gravidade da recessão que se alastrava.

Dentro desse cenário, Keynes revolucionou a forma de pensar os problemas econômicos, pois a sua *Teoria geral* evidenciava as interpretações dos acontecimentos e argumentava de forma clara a favor da intervenção estatal, incentivando a utilização de políticas fiscais expansionistas para incentivar a demanda, principalmente com os gastos do governo em obras públicas, aumentando assim, o emprego e o produto, como apresenta Keynes (1936).

Mudando a concepção do modelo clássico que afirmava que apenas a oferta regularia o mercado independentemente da demanda, a teoria de Keynes enfatizava a importância de se observar a demanda efetiva, pois no curto prazo a mesma determinaria o produto. Sendo assim, o modelo Keynesiano introduziu alguns conceitos básicos da macroeconomia moderna, como a relação entre o consumo e a renda, e o multiplicador, que viria a explicar os choques de demanda e suas conseqüências; a preferência pela liquidez, para entender como as políticas monetárias podem afetar as taxas de juros e a demanda agregada; e a importância das expectativas que podem afetar o consumo e o investimento.

Portanto, a *Teoria geral* teve aplicações e consequências claras em termos de políticas econômicas aplicadas, seguindo uma linha totalmente contrária as aplicadas anteriormente, ficando claro que a espera para que a economia se ajustasse sem qualquer interferência era totalmente inconsequente, pois o uso ativo da política fiscal através da participação ativa do Estado era essencial para fazer com que o país voltasse aos altos níveis de emprego.

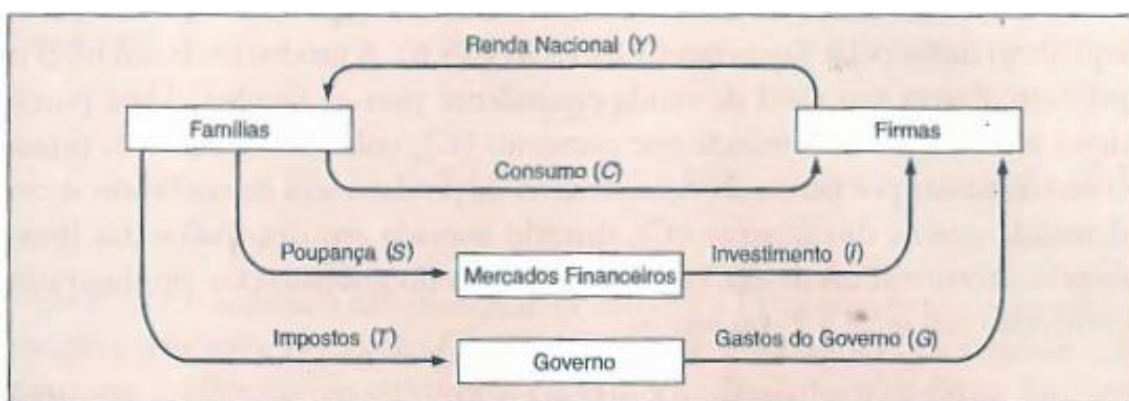
Para entender o produto em equilíbrio, é necessário que o produto seja igual a demanda agregada, noção primordial do modelo keynesiano. Observando a equação encontrada por Keynes para explicar a formação do produto nacional e a renda nacional para simplificar temos que:

$$DA = Y = C + I^1 + G \quad (1)$$

$$Y = C + S + T \quad (2)$$

Ou seja, a demanda agregada (DA) representada pela equação (1) é igual ao produto nacional (Y) é igual ao consumo (C), mais os investimentos realizados (I^1), mais os gastos do governo (G), enquanto a equação da renda nacional representada pela equação (2) é uma definição contábil e aponta que a mesma depende do consumo (C), mais a poupança (S) mais os impostos (T). Através de uma breve e superficial introdução das equações do modelo Keynesiano pode-se entender através do Fluxo Circular da Renda e do Produto a relevância da participação do Estado como financiador e percussor da economia.

Figura 2 - Fluxo Circular da Renda e do Produto



Fonte: MACROECONOMIA (apud FROYEN, 1999, p. 95)

Diante da ilustração, podemos entender como os gastos do governo são importantes para que haja um aumento da produção das firmas, visto que nem toda renda nacional volta diretamente para as empresas, pois a renda familiar é dividida entre o consumo, a poupança e os impostos pagos ao governo. A representação desse ciclo, é essencial para que possa ficar

claro como a economia pode ser influenciada de forma positiva com os financiamentos do Estado, onde as firmas sejam elas públicas ou privadas são as geradoras de emprego e detentoras dos meios de produção, ou seja, quanto mais postos de empregos gerados, mais renda é gerada para a população, que reverte os incentivos financeiros em consumo, aumentando cada vez mais o produto nacional.

Além disso, alguns economistas conhecidos em toda a América Latina como Guilherme Caldo Moreira, Celso Furtado, entre outros pertencentes à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) colocam a participação do Estado na economia como essencial para o alcance do desenvolvimento econômico e social.

Furtado através de seus estudos muito completos debruçou-se em teorias econômicas para formular o seu pensamento, mas também fez diversas observações históricas, da teoria do desenvolvimento à política e à cultura, levando a uma igualdade econômica e social. A partir dessa base, o autor entende como a participação do Estado é importante para o desenvolvimento não só do Brasil, mas de toda a América Latina. É importante frisar que historicamente o continente latino americano sempre foi marcado por ser muito pobre e pouco desenvolvido, reflexo da sua forma de colonização e industrialização tardia.

Em seu programa de desenvolvimento pressupõe-se um projeto nacional de entendimento entre as classes sociais que viabilizasse o aumento da equidade, como resultado da implantação de uma agenda de políticas estatais de desenvolvimento. Sem a participação do Estado, o projeto nacional não seria possível, cabendo ao organismo estatal apropriar-se das demandas sociais de uma economia emergente como as da América Latina, equacionando assim, suas contradições e garantindo sua autonomia e sua sustentabilidade.

Dentro da mesma vertente, a CEPAL que tem mais de 50 anos de existência elaborou contribuições e ações para o desenvolvimento regional, as quais foram reconhecidas, estudadas e discutidas em muitos lugares do mundo. Essa comissão desenvolveu um método que pretendeu ser capaz de auxiliar no desenvolvimento econômico do continente além de viabilizar ganhos reais na melhoria da qualidade de vida da população.

Segundo os historiadores da comissão foram identificadas cinco etapas em sua obra para colocar em prática os seus planos, que são elas: a) industrialização pela substituição de importações; b) reformas para facilitar a industrialização; c) reorientação dos "estilos" de desenvolvimento para a homogeneização social e a diversificação pró-exportadora; d)

superação do problema do endividamento externo mediante o "ajuste com crescimento" e e) a transformação produtiva com igualdade. Dentro desse cenário associam-se as ideias da CEPAL tanto aos pensamentos de Furtado como a influência do viés Keynesiano.

Vale citar a importância da segunda dimensão/geração dos direitos humanos, que tinha como lema a igualdade material e diferentemente da primeira, defendia uma participação mais ativa do Estado na economia, como é apresentada na obra de Mark Tushnet. Após a segunda guerra mundial, identificou-se ainda mais que a era necessário a participação do governo em diversos setores da economia, como na: educação, saúde, segurança e infraestrutura, direitos que antes não eram tão debatidos.

Essa passagem de gerações fez com que o Estado saísse de um viés mais liberal para um Estado de bem-estar social. Alguns documentos históricos que marcaram a passagem da primeira para a segunda geração podem ser citados, como a Constituição Federal do México de 1917 e a Constituição Federal de Weimar de 1919, marcadas por trechos que defendiam direitos a serviços sociais prestados pelos governos, aumentando a participação ativa do Estado na economia.

A partir desse pressuposto apresentado, pode-se observar como o modelo keynesiano básico e os pensamentos de alguns economistas intervencionistas podem auxiliar no entendimento das políticas fiscais expansionistas utilizadas em ambos os períodos de milagre econômico, seja no Brasil ou na China, entendendo que sem a interferência positiva do governo na economia, seria praticamente impossível que houvessem os impressionantes resultados de crescimento econômico encontrados nos países estudados neste artigo.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DOS PERÍODOS DE “MILAGRE ECONÔMICO”

Antes de apresentar e entender um pouco mais a fundo quais fatores levaram Brasil e China aos seus períodos de milagre econômico, é importante observar alguns fatores anteriores que podem ter influência sobre tais momentos de crescimento extraordinário como foram apresentados. Nesse sentido essa sessão terá o intuito de contextualizar de forma mais detalhada como estavam ambos os países antes do período estudado e concluir se as medidas tomadas pelos governos anteriores contribuíram para os conhecidos “milagres”.

Nas análises referentes ao crescimento econômico dos países, encontram-se diversas relações determinantes para nos períodos de milagre. Segundo Ciseski (2012), nesses casos a influência e participação direta de investimentos internos e externos na infraestrutura das indústrias nacionais, auxiliando assim, o grande desenvolvimento desse setor e, conseqüentemente, corroborando no aumento das exportações.

3.1 O Caso Brasileiro

Observando-se a conjuntura política, econômica e estrutural do momento anterior ao milagre econômico no Brasil remontam-se ao Plano de Metas baseado em idéias dos economistas da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e do BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento), o qual gerou resultados positivos em relação ao crescimento econômico; contudo, nos primeiros anos da década de 1960 o país acabou entrando em um processo de grave recessão econômica. Nesses anos foi possível observar que houve uma queda considerável nas taxas de investimento e taxa de crescimento da renda no país.

Dentro deste contexto houve um crescimento alarmante dos índices de inflação, que chegou a atingir a marca de 90% em 1964, contribuindo para a renúncia de Jânio Quadros e conseqüentemente o início do regime militar no mesmo ano (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2011).

Figura 3 - Taxa de inflação do Brasil (1964 – 1966)

1964	87,8	Início da ditadura militar - Governo Castello Branco (1964 - 1967)
1965	55,4	
1966	38,2	

Fonte: Adaptado de Lopes e Rossetti (1998, p. 358)

Portanto, é importante observar que os dados negativos apresentados no período foram conseqüências herdadas pelas medidas tomadas no Plano de Metas, que acabaram gerando um desequilíbrio na economia. Um exemplo claro dos problemas deixados pelo governo de Juscelino Kubistchek (JK) para a administração de Jânio Quadros foram os passivos internos e externos que precisaram ser pagos entre 1961 e 1963, dificultando assim, a possibilidade do então presidente de achar soluções para controlar o aumento contínuo dos níveis de preço da economia.

O Plano de Metas foi um plano de desenvolvimento econômico e social implementado no governo do então presidente JK e que tinha duração prevista de 5 anos, conhecido pelo slogan “50 anos de progresso em 5 anos de realizações” ou simplesmente “50 anos em 5”. Esse plano de desenvolvimento pode ser considerado o maior plano desenvolvimentista de implementação estatal na história brasileira, atingindo seu auge entre 1956 a 1960, além de apresentar os maiores níveis de industrialização até então registrados.

Portanto, o principal objetivo do traçado por JK era estabelecer uma economia industrial no Brasil, especialmente direcionada ao setor de bens de consumos duráveis, visto que com base nos estudos do grupo BNDE-Cepal, que identificou uma demanda reprimida por bens de consumo duráveis. Além disso, a produção de bens de consumo duráveis poderia ser indicada como uma essencial fonte de crescimento, visto que a produção desses bens gera uma demanda por bens intermediários, que influenciaria na geração de empregos e estimulava o desenvolvimento de outros setores também importantes da economia (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2011).

A implementação do plano de metas tinha como principal objetivo controlar a inflação e promover um crescimento econômico através do investimento no setor de bens de consumo duráveis, apresentando três pilares: a) investimentos estatais em infraestrutura em setores como o de transporte (diferentemente do período do governo Vargas que investia em ferrovias, JK passou a investir no setor rodoviário) e energia elétrica; b) Incentivo ao aumento da produção de bens intermediários, como o aço, o carvão, o cimento, o zinco etc.; c) Estímulos ao crescimento do setor de bens de consumo duráveis.

Nota-se que investir no setor de transporte rodoviário ao invés de manter o investimento no setor ferroviário era uma tentativa de introduzir o setor automobilístico no Brasil, que era um dos principais bens produzidos no setor industrial após os investimentos do Plano de Metas. Entretanto, é importante salientar que tais medidas adotadas acabavam contrariando a Curva de Phillips que estabelecia um *trade off* entre a inflação e o crescimento econômico e a melhora dos termos de troca do Brasil com o exterior.

Através dessas medidas tomadas pela equipe econômica de JK foram apresentados os seguintes resultados entre 1955-1961:

Figura4 – Taxa de crescimento dos setores (1955-1961)

Ano	Indústria	Agricultura	Serviços
1955	11,1	7,7	9,2
1956	5,5	-2,4	0
1957	5,4	9,3	10,5
1958	16,8	2	10,6
1959	12,9	5,3	10,7
1960	10,6	4,9	9,1
1961	11,1	7,6	8,1

Fonte: IBGE adaptado (apud GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2011, p. 367)

Apesar dos resultados substancialmente positivos em relação aos obtidos com o Plano de Metas, existiam alguns problemas que necessitavam ser resolvidos, como no caso do financiamento, visto que apesar dos altos investimentos públicos destinados ao desenvolvimento brasileiro, havia uma ausência de reformas fiscais para custear todos os gastos e metas previstas.

Outro ponto importante, consequência dos altos investimentos feitos por JK se diz em relação a aceleração da inflação, que passou de 15% entre 1955-1958 para 52% em 1962, segundo Pires (2010). Nesse contexto, pode-se afirmar que mesmo com todos os seus problemas registrados, o período do Plano de Metas pode ser identificado como o auge do processo de industrialização brasileiro que se iniciou nos anos de 1930 com o então presidente Getúlio Vargas.

Dentro desse cenário de endividamento e crescimento alarmante da inflação, mesmo com os elevados índices de crescimento Jânio Quadros e, posteriormente, João Goulart não foram capazes de reverter o cenário de crise instaurado provocado pelo endividamento externo proveniente do Plano de Metas de JK.

Em comparação a década anterior, os primeiros anos da década de 1960 ficaram marcados por uma grave recessão econômica, onde foi observada uma diminuição dos investimentos da taxa de crescimento. Nesse cenário, ocorreu um período de aceleração da taxa de inflação que chegou a marca de 90% em 1964, contribuindo assim, para o aumento da instabilidade política e consequentemente para o golpe militar no mesmo ano.

Após o início do regime militar com a deposição de João Goulart a primeira ação do governo militar foi o Programa de Ação Econômica Geral (PAEG), sendo elaborado pelo

Ministério do Planejamento e da Coordenação Econômica, com o então Ministro Roberto Campos, no governo Castelo Branco. Tinha como principal objetivo controlar a inflação que estava na casa dos 90%. Este plano atacou diversas frentes e as principais delas foram a reforma bancária e tributária, para garantir investimentos públicos e privados para retomar o crescimento brasileiro. Os princípios centrais do PAEG eram: a) a retomada do desenvolvimento; b) a estabilidade de preços (controle da inflação); c) a diminuição dos desequilíbrios regionais e d) a correção do Balanço de Pagamentos (BP), garantindo assim o equilíbrio das contas externas do país.

O PAEG através de um modelo ortodoxo identificou a inflação como o elevado déficit público, entendendo que o excesso de moeda aquecia a demanda. Para seus idealizadores, esse fator se dava pelo aumento das políticas de crédito às empresas e pelo aumento salarial mais elevado que o indicado, assim acabava gerando a subida dos preços e consequentemente a recessão.

Sendo assim, com a proposta de redução dos gastos públicos e a diminuição da inflação em 10% das ações indicadas para promover essa mudança foram: a) controlar contas públicas; b) políticas monetárias contracionistas; c) controlar a emissão de moeda e crédito; d) uma política de arrocho salarial. Como efeito das mudanças aplicadas para controlar a inflação o déficit público reduziu de 4,2 % em 1963 para 1,1 % em 1966, além de diminuir as taxas de inflação. Em relação aos resultados do PAEG, pode-se afirmar que como programa de estabilização teve um saldo positivo, pois executou transformações institucionais necessárias e alcançou os objetivos previstos inicialmente.

Sendo assim, foi possível observar nessa sessão que mesmo antes do período de milagre econômico o Brasil já havia passado por algumas fases de crescimento e desenvolvimento industriais consideravelmente elevados, mas não na mesma proporção identificada entre 1968-1973, que é o foco desse estudo.

3.2 Perspectivas e resultados (Brasil)

Ao tratar do Milagre Econômico Brasileiro, em 1968, Furtado publicou o livro *Um projeto para o Brasil*, obra que tratava sobre alguns problemas estruturais que poderiam influenciar negativamente no crescimento da economia brasileira, principalmente graças ao período de baixo crescimento no início da década de 1960 e os altos níveis de inflação

registrados no período. Nesse sentido, a obra de Furtado (1968) aponta cinco grandes problemas registrados no país, naquele período do tempo: a) demanda global deformada; b) estrutura agrária concentrada; c) grandes empresas exercendo funções de direito público sob a cobertura de identidade privada; d) falta de integração entre o setor industrial e as exportações; e, e) falta de investimento em pesquisa e educação.

Todavia, o início do regime militar de 1964 inaugurou um tipo de modelo de desenvolvimento econômico brasileiro. Através do Plano de Ação Econômica do Governo 1964-1967 (PAEG I), foram adotadas medidas e reformas com o intuito de recuperar a trajetória de crescimento e controlar a inflação elevada. A princípio esse plano tinha o objetivo de combater a inflação, aumentar os investimentos em estatais, reformar o Sistema Financeiro Nacional, diminuir as desigualdades regionais e atrair investimento externo, segundo aponta Hammoud (2012).

Já no âmbito das causas do “milagre” Veloso, Villela e Giambiagi (2008) apontam que vários fatores foram essenciais para que houvesse a possibilidade desse fenômeno ocorrer, como é o caso da situação externa favorável, o período de estabilidade econômica, a política fiscal adotada no PAEG I, o nível de desenvolvimento do sistema e o grau de abertura ao exterior. A partir do cenário de crescimento animador encontrado após as medidas tomadas no PAEG I, o Brasil encontrava-se em um período de crescimento econômico principalmente no setor industrial; e com suas políticas ortodoxas foi possível controlar um pouco da dívida pública no país que estava subindo de forma desordenada após o Plano de Metas implementado por JK.

Não obstante, o intervalo conhecido como o do “milagre econômico” durante os governos de Costa e Silva (1967 – 1969) e de Médici (1969 – 1974) acabou sendo reflexo de diversos procedimentos tomados, pois com as contas controladas, provenientes das reformas econômicas no sistema financeiro e no fiscal/tributário foi possível implementar novamente políticas fiscais expansionistas, aproveitar de políticas de crédito e principalmente incentivar as importações (VELOSO, VILLELA, GIAMBIAGI; 2008).

Dentro dessas medidas tomadas podem-se apontar três vertentes que foram essenciais para que os resultados obtidos fossem possíveis, onde a primeira linha enfatiza a significativa política econômica adotada nesse período, que foi notoriamente expansionista e incentivou bastante as importações. Já a segunda interpretação, indica que boa parte desses resultados foram consequência de um ambiente externo de crescimento internacional extremamente favorável, onde havia abundância de crédito com taxas de juros extremamente baixas. E por

fim a terceira vertente indicava que o principal motivo dos resultados positivos foram as reformas institucionais do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) do Governo Castello Branco (1964- 1967) (VELOSO, VILLELA, GIAMBIAGI;2008). Essas reformas fiscais/tributárias e financeiras ajudaram o período de milagre criando as condições para a aceleração subsequente do crescimento.

Com o início do Governo de Costa e Silva (1967 – 1969), resguardado pelos resultados positivos obtidos no PAEG I, o então Ministro da Fazenda Delfim Netto, através do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), programou políticas mais expansionistas, que visaram fortalecer a indústria nacional, investir em infraestrutura e controlar a inflação, fazendo com que diversos setores da economia respondessem positivamente com um considerável crescimento.

Assim, aproveitando a fase de liquidez da economia internacional o governo passou a buscar empréstimos e acumular reservas, fazendo com que a dívida nesse período crescesse em média 6,9% a.a. entre 1967 a 1973, como aponta Hammoud (2012). Entretanto, vale salientar que o elevado crescimento e o aumento das importações só ocorreram graças a expansão dos gastos. Como resultado dessas políticas expansionistas o PIB real cresceu em média 11%.

Ainda sobre o período estudado, observou-se que os elevados investimentos na indústria nacional em setores diversificados fizeram com que houvesse um aumento na produtividade dos trabalhadores, apresentado no estudo de Gomes et al (2003) que através de uma metodologia de contabilidade do crescimento, mostra que a elevação no nível da produtividade total dos fatores (PTF) foi o principal determinante do crescimento da economia brasileira entre 1964-1976.

Essa observação é extremamente importante, pois com o aumento do investimento e das novas tecnologias advindas do aumento das importações foi possível aumentar a produtividade dos trabalhadores brasileiros, visto que antes com a baixa industrialização e precarização dos meios de produção a mesma acabava ficando muito abaixo os demais países.

Além disso, uma das metas do PED era controlar a inflação, que vinha batendo valores altíssimos na década anterior, mas que conseguiu ser um pouco mais controlada no período de milagre econômico, porém com resultados ainda preocupantes. Portanto, podemos observar na figura a seguir alguns indicadores do período de milagre econômico em comparação com os obtidos no PAEG 1:

Indicadores Seleccionados	Média 1964-1967	Média 1968-1973
Taxa de crescimento do PIB (% a.a.)	4,2	11,1
Inflação (IGP,% a.a.)	45,5	19,1
Taxa de crescimento das exportações em US\$ (% a.a.)	4,1	24,6
Taxa de crescimento das importações em US\$ (% a.a.)	2,7	27,5
Saldo da Balança Comercial (em US\$ milhões)	412	0
Saldo em Conta Corrente (em US\$ milhões)	15	-1.198
Dívida Externa Líquida/Exportação de Bens	2,0	1,8
Saldo do Balanço de Pagamentos (em US\$ milhões)	-13,8	1.102,8

Fonte: Hermann (2005, Tabela 3.2) e Apêndice Estatístico em Giambiagi et alii (2005).

Os dados apresentados na tabela acima revelam que os resultados obtidos com o PAEG 1 foram bastante positivos e representativos para a economia nacional, com taxas médias de crescimento satisfatórias, saldo positivo da balança comercial, além da diminuição dos índices de inflação que ficaram abaixo dos 20%. Entretanto, ao observar os resultados do período de milagre econômico, é possível entender a magnitude e eficiência das políticas macroeconômicas expansionista aplicadas, visto que as taxas de crescimento da economia foram extraordinárias, além de aumentar brutalmente as taxas de importações e principalmente de exportações, possibilitando assim, que houvesse nesse período um superávit extremamente positivo no saldo da balança de pagamentos. Esse resultado foi consequência da continuidade do Processo de Substituição de Importações (PSI).

Dentro desse contexto, houve também um processo de modernização da agricultura no país, pois antes do período de milagre encontrava-se de forma bastante improdutiva e latifundiária, onde alguns defendiam uma mudança estrutural através de uma reforma agrária, entretanto a alternativa encontrada pelo Regime Militar foi a “modernização conservadora”, definida por Guimarães (1979), ou seja, a modernização da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, deixando inalterada a estrutura agrária.

Sendo assim, através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), instituído em 1965, o governo concedeu linhas de crédito baratas, com taxas de juros nominais fixas, em um ambiente de grande inflação, resultando em taxas de juros reais negativas, evidenciando um grande subsídio ao setor agrícola, que passou a ser mais mecanizado e utilizar mais produtos químicos. A partir disso, os setores que mais se destacaram foram os produtores de soja e laranja. Esse movimento foi necessário, pois como no governo Médici a agricultura

passou a ser olhada com mais atenção, adotando-se uma estratégia exportadora, que responderia pela insuficiência da demanda do mercado interno.

A situação externa favorável foi essencial para alavancar o desempenho da economia brasileira, visto que além dos investimentos feitos através dos recursos internos, o Brasil acabou recorrendo a diversos empréstimos internacionais, pois as taxas de juros mundiais entre 1968 – 1973 estavam baixas girando em torno de 2% a.a. e se tornaram bastante atrativas, ajudando a financiar também o aumento das importações de produtos industrializados. É importante observar que mesmo com o aumento os empréstimos internacionais, a dívida externa líquida não foi tão afetada, como mostra a figura 5.

Com a abundância das políticas de crédito, contando também com a grande quantidade de subsídios, o setor da indústria se instalou de forma altamente diversificada e sua produção era quase totalmente dedicada ao setor de exportações, onde esse movimento interno levou a um considerável superávit na balança de pagamentos.

Vale salientar que em relação às políticas fiscais, o governo reduziu o déficit primário fortalecendo as estatais e com uma participação maior dos investimentos públicos em infraestrutura. Mesmo com o afastamento do general Costa e Silva da presidência, a política econômica foi mantida pelo novo presidente, general Médici (1969-1973), porém apoiando-se mais nas exportações e na agricultura. Entretanto, o regime militar tornou-se mais acirrado a partir de 1968 (HERMANN, 2005)

Outro ponto importante e que mostra o aumento da industrialização no período foi que as exportações de produtos industrializados, que no começo da década de 1950 chegavam a 13% do total exportado, já ao final da década de 1960 atingiram um pouco mais de 25% e passaram a 40% em 1975, um crescimento de 27% em apenas 25 anos. Ainda sobre a participação da indústria, a estrutura industrial brasileira avançou em diversos setores, como os de produção de bens de capital e de bens de consumo durável aumentando sua participação no total da produção industrial para 22,5% em 1970 e 26,8% em 1980. Já o de bens de consumo não durável baixou sua participação de 45% para 30,6%, tornando a estrutura industrial mais próxima à dos países desenvolvidos, como aponta Cano (2013).

A partir desses dados, podemos observar na figura abaixo alguns resultados econômicos obtidos entre 1968 – 1973:

Figura 6 - Brasil – Taxa de variação anual do PIB total e por setores da atividade econômica (1968 - 1973)

Ano	PIB	INDÚSTRIA	AGRICULTURA	SERVIÇOS
1968	9,8	13,3	4,5	8,9
1969	9,5	12,1	3,8	11,6
1970	10,4	11,9	5,6	10,5
1971	11,3	11,8	10,2	11,2
1972	11,9	14,2	4,0	12,4
1973	14,0	17,0	0,1	15,6

Fonte: IBGE (apud PIRES, 2010, p. 197)

Sendo assim, a figura acima mostra como os três principais setores da economia variaram entre os anos de milagre econômico, destacando o resultado extremamente positivo em 1973, onde o PIB brasileiro cresceu em média 14% enquanto o setor industrial cresceu 17%, alavancado pelo aumento dos investimentos e principalmente pelo fortalecimento das empresas estatais. Outro resultado positivo a ser apontado foi o do setor agrícola, que após os incentivos tomados no governo de Médici chegou a crescer 10,2% em 1971.

Entretanto, mesmo com o aumento exponencial das exportações a conta de serviços e rendas registrou déficits recorrentes, saltando de US\$600 milhões em 1967 para US\$2,1 bilhões em 1973. Isso foi resultado das despesas com juros e remessas de lucros enviadas ao exterior recorrentes aos empréstimos obtidos. No mesmo período, a dívida externa aumentou de US\$3,4 bilhões para US\$14,9 bilhões, entretanto o endividamento financiou o déficit em conta corrente, possibilitando o acúmulo de reservas internacionais pelo BACEN (HERMANN, 2005).

Em contraposição a tantos resultados econômicos positivos, pouco é relatado do descaso existente neste período em relação à questão da fome que atingiu milhões de brasileiros, tendo consequências imediatas sobre a saúde, educação e garantia de direitos básicos ao povo brasileiro. Em 1974, segundo o Estudo Nacional de Despesas Familiares, 67% da população não tinha acesso ao mínimo necessário para manter suas necessidades nutricionais, como consequência desse nefasto processo: 46,1% das crianças, 24,3% dos adultos e idosos homens e 26,4% das mulheres sofria com a desnutrição energético-proteica (VASCONCELOS, 2005).

Seguindo nessa linha de pensamento, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas na década de 70 pode-se observar um grande aumento na desigualdade, que é observado pelo coeficiente de GINI, onde em 1970 era de 0,565 e em 1980 era de 0,592, ou seja, um alto

nível de desigualdade entre a população. Nesse sentido, Furtado (1968) *apud* Hoffmann (2001) através do censo demográfico da década de 1960 pode-se ter uma noção dos níveis de desigualdade daquela época onde 10% dos mais ricos possuíam cerca de 41,3% de toda a renda nacional. Hoffmann (2015) aponta que entre 1964-1973 o salário mínimo com o desconto da inflação perdeu cerca de 20% do seu valor real, refletindo a decadência do poder de consumo das classes mais baixas.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indica que no Brasil, em 1964, o valor do salário mínimo era de R \$970,15; e, em 1976 de R \$492,23 (comparando aos valores atuais), mesmo com uma legislação de proteção ao trabalho e um incentivo ao desenvolvimento do mercado de trabalho interno. “De 1964 a 1968, a produtividade aumentou em 23%, enquanto baixou em 28% o salário real mais frequente em São Paulo, em 25% o salário dos metalúrgicos paulistas e em 35% o salário mínimo real” (SOUZA, 2008, p. 80). Esses dados acabam mostrando o quão prejudicado foi a população brasileira, que mesmo com o aumento da produtividade passou a receber salários cada vez menores, enquanto os lucros dos produtores eram excessivamente altos. O mau planejamento econômico do período resultou no aumento dos preços dos alimentos, o que foi atrelado a pior política salarial do século passado.

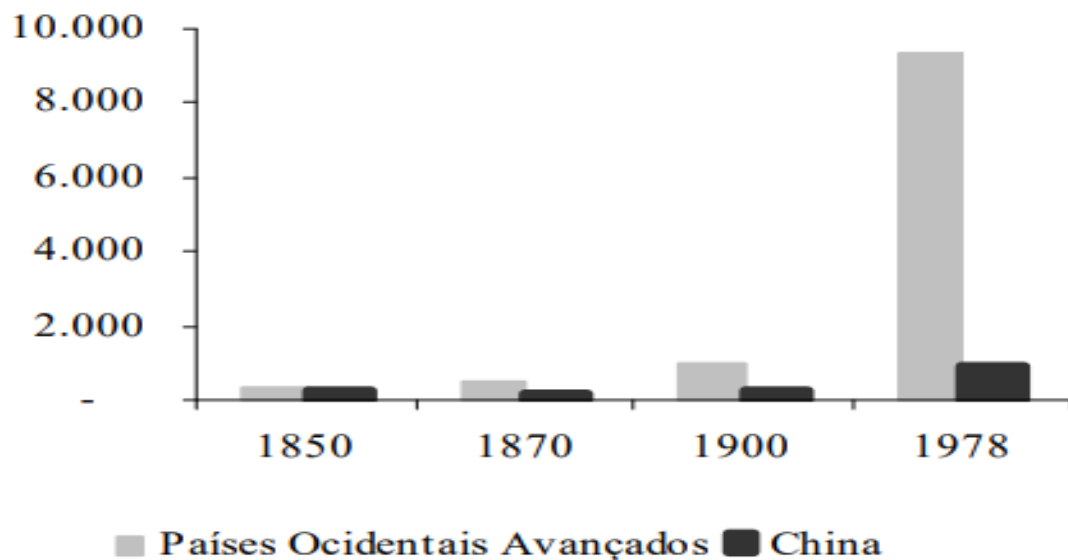
Apesar de ter resultados expressivos na indústria, no crescimento do PIB, na geração de empregos e nas estruturas do Brasil, nota-se que o período de “milagre econômico” impactou negativamente as condições de vida da parcela mais pobre da população, a qual sofreu as consequências das políticas expansionistas direcionadas às exportações e do aumento da concentração de renda identificada no período. Dentro desse cenário, lembra-se da conhecida frase do então ministro da fazenda Antônio Delfin Neto quando questionado sobre a distribuição de renda: “devemos deixar o bolo crescer para depois repartir”, repartição que não chegou a acontecer até os dias atuais.

3.3. O Caso Chinês

Em relação a conjuntura da China do período anterior ao seu Milagre Econômico pode-se dizer que antes de 1949 o país era quase em sua totalidade semifeudal e com um desenvolvimento agrário subdesenvolvido, onde a agricultura chegava a ser responsável por 90% do valor do PIB, enquanto a indústria participava de apenas 10% da formação total do produto do país, segundo Zheng (2004).

Dentro desse cenário de baixo crescimento do PIB e uma alta dependência da agricultura na economia, podemos observar a seguinte figura que mostra uma comparação entre o Produto Interno Bruto Chinês em comparação com o de alguns países mais desenvolvidos no ocidente.

Figura 7 - PIB em economias selecionadas (1850 – 2003), em bilhões de dólares (US\$)



Fontes: CUNHA, A economia política do "milagre chinês", PAG. 7.

Ou seja, a partir desse gráfico verifica-se que até o ano de 1978, marcado pelo início do milagre econômico chinês, o PIB da China comparado aos países ocidentais avançados era muito insignificante, posição que mudará após as políticas econômicas e sociais apresentadas posteriormente.

Com o estabelecimento da República Popular após o fim dos conflitos internos e a vitória da ala comunista, a China começou a direcionar seus esforços para reconstruir o país das marcas da guerra e restaurar o desenvolvimento e o crescimento do modelo chinês. Para isso, foram tomadas algumas medidas que visavam dar início a esse processo: a) confisco da indústria, das finanças e do comércio capitalista das quatro grandes famílias (Jiang, Song, Kong e Chen) convertendo patrimônio da economia nacional, representando os interesses do povo de todo país e permitindo que o Estado obtivesse o controle da economia nacional; b) unificação das finanças nacionais e contenção da inflação descontrolada, de modo a criar um ambiente macroeconômico adequado ao desenvolvimento da economia; c) realização da reforma agrária, mudando uma situação dos camponeses chineses; d) encorajamento e apoio ao crescimento da indústria e do comércio capitalista nacionais. Os resultados dessas medidas

puderam ser observados três anos mais tarde em 1952, com o aumento da renda nacional e principalmente o crescimento do setor industrial que se elevou a uma média de 13% ao ano (a.a.).

Após o sucesso apresentado nos primeiros anos da República Chinesa, a China adotou dois planos Quinquenais para o Desenvolvimento Econômico Nacional como forma de continuar a trajetória de crescimento da economia e consequentemente da indústria. O primeiro obteve maior êxito e tinha como principal tarefa dar prioridade a indústria e acabou dando ênfase aos 156 grandes projetos industriais, dando início ao desenvolvimento econômico em larga escala e com o objetivo de firmar as bases para a industrialização. Já no meio rural, foi estabelecida uma política de cooperação com a agricultura para aumentar a produtividade das famílias que foram beneficiadas com a reforma agrária ocorrida anteriormente.

Através de um modelo administrativo altamente centralizado inspirado na então União Soviética, a China utilizou de um sistema de administração econômica planificada e com uma liderança administrativa exercendo o seu papel central. Como resultado dessas políticas aplicadas entre 1952 e 1957 a renda nacional se elevou em 53%, ou 8,9% ao ano; o valor da produção industrial aumentou em 128%, com uma taxa média anual de 18% e o valor da produção agrícola aumentou em 24,8%, atingindo 4,5% ao ano; (ZHENG,2004). Essa evolução da indústria fez com que em 1957 esse setor se tornasse o principal da economia e do produto chinês.

A partir desses resultados, a figura a seguir mostra o crescimento do PIB chinês em comparação com outros países emergentes asiáticos:

Figura 8 - Países asiáticos com alto crescimento (1951-2007) - Taxas Médias de Crescimento Real do PIB (em %)

PAÍSES ASIÁTICOS COM ALTO CRESCIMENTO - 1951-2007 Taxas Médias de Crescimento Real do PIB (em %)			
Países	1951-1977	1978-2007	1951-2007
China	4,8	9,7	7,3
Cingapura	7,7	7,1	7,4
Coreia do Sul	7,3	6,5	6,9
Hong Kong	8,0	5,7	6,8
Tailândia	6,8	5,9	6,4
Japão	7,7	2,4	4,9
Índia	3,8	5,8	4,8
Taiwan	9,4	—	—

Fontes: NONNENBERG, China: Estabilidade e crescimento econômico, PÁG. 203.

Após os resultados extremamente positivos apresentados no primeiro Plano Quinquenal, deu-se início a segunda fase desse plano de desenvolvimento que seria entre 1958-1962, entretanto, por falta de conhecimento científico mais aprofundado aliado com o desejo de erradicar a miséria e o atraso o novo projeto acabou ficando quase que impraticável. Um dos principais objetivos dessa nova fase era acelerar ainda mais o desenvolvimento da indústria ao ponto de no curto prazo superar até os países desenvolvidos, tornando muitas vezes as metas quase que impraticáveis.

Além do objetivo de dobrar a produção de aço em apenas um ano, a agricultura passou por mudanças para se adaptar ao sistema de comunas populares que eram administradas pela administração central. O resultado de tal ousadia acabou sendo bem distante do esperado causando diversas perdas a economia nacional, como foi o caso do desequilíbrio gerado entre o setor industrial e agrícola e principalmente a queda significativa da produtividade.

Dentro desse contexto, após os resultados negativos apresentados o governo chinês implementou um projeto de reorganização da economia, para que houvesse um equilíbrio entre os setores da agricultura, indústria leve e indústria pesada e assim resolver o problema alimentar populacional. Nesse sentido, o projeto da indústria pesada passou a ser desacelerado mudando o foco para fortalecer a agricultura e conseqüentemente a indústria mais leve e têxtil. Após alguns anos nesse processo de reorganização, a indústria voltou a trabalhar em equilíbrio e os níveis de crescimento voltaram a ser identificados.

Com a economia novamente organizada, a China entrou em um novo projeto de desenvolvimento saudável em 1965 e com o anúncio da 3ª Assembleia Popular Nacional, o

governo criou como meta a modernização de quase todos os setores da economia como a agricultura, a indústria, a ciência, a tecnologia e a defesa nacional. Contudo, esse projeto que ficou conhecido como “Revolução Cultural” interferiu seriamente e acabou obstruindo o processo de modernização esperado, causando perdas no cenário econômico com a diminuição da renda nacional, da produção da indústria, além de gerar conflitos sociais e políticos.

Já em 1975, Deng Xiaoping assumiu o controle do país e pôs em prática um projeto de reorganização da economia chinesa fazendo com que a produção industrial voltasse a crescer em 15% a mais em comparação ao ano anterior. Entretanto, após um golpe político pelo “Bando dos Quatro” tirou Xiaoping do poder a China voltou a sofrer com os resultados negativos do setor industrial e da renda nacional.

O período conhecido como “Revolução Cultural” que durou entre (1966-1976) acabou ficando marcado por trazer diversas perdas para o desenvolvimento e para a economia nacional chinesa, tanto que alguns historiadores chegam a afirmar que a economia do país ficou estagnada por cerca de uma década, graças às decisões mal tomadas e pelo momento de instabilidade política formado. No entanto, esse momento foi importante para deixar algumas lições em relação a aplicação de certas políticas econômicas.

Dentre elas, os ficou nítido que o processo de desenvolvimento demanda não apenas investimentos desordenados, mas também um conhecimento científico para analisar os cenários; a participação de capital estrangeiro pode facilitar esse processo; os setores industriais e agrícolas têm que se desenvolver ordenadamente; os resultados são gradativos e não pode existir uma busca cega pela rapidez dos mesmos, entre outras lições.

Dentro desse cenário de ajustes econômicos o Partido Comunista Chinês pôs fim a então “Revolução Cultural” e foi nesse cenário que em 1978 o governo implementou um projeto audacioso de desenvolvimento econômico que deu origem ao conhecido processo de “milagre econômico” chinês, abrindo os olhos de todo o planeta para a economia chinesa e a tornando a fábrica do mundo.

3.4 Perspectivas e resultados (China)

No âmbito do Milagre Econômico Chinês que ocorreu entre 1978 - 2012, podemos apontar um processo de desenvolvimento que foi muito mais duradouro e complexo que o

apresentado no Brasil. Segundo Ciseski (2012) o modelo de crescimento chinês obteve sucesso por uma série de fatores que vão além de uma simples abertura comercial e incentivos à exportação, mas sim ligados ao rompimento com a União Soviética e o fim do embargo comercial do país com Organização das Nações Unidas (ONU).

De acordo com Carvalho e Catermol (2009) após a década de 1970 diversos fatores influenciaram para o período de desenvolvimento chinês, como as duas crises do choque do petróleo, a derrota dos EUA na guerra do Vietnã e a ruptura do acordo de Bretton Woods os Estados Unidos resolveram adotar uma estratégia de aproximação da China, que incentivou a abertura de mercados para que as empresas pudessem reduzir seus custos e viabilizassem a sua entrada no comércio internacional, aumentando também a demanda pelos produtos internos. Todos esses eventos foram essenciais para que a China deixasse de ser figurante economicamente no cenário mundial e passasse a ser peça fundamental na economia mundial apenas atrás dos EUA.

Após a resolução das questões ligadas a ONU, em 1970 deu-se início ao modelo chinês de crescimento orientado, evento que foi facilitado pelos Estados Unidos que decidiu implementar a mesma estratégia de sucesso conhecida como “desenvolvimento a convite”, utilizadas em países como Alemanha, Japão e Coreia do Sul, para minimizar os efeitos pós-guerra e principalmente fortalecer a hegemonia americana global, que estava abalada após a dolorosa derrota na guerra do Vietnã.

Nesse sentido, a dinâmica de crescimento chinês de longo prazo esteve ligada ao acesso a matérias-primas; ao elevado aumento da produtividade; ao aumento da demanda; e, para combater a inflação e diminuir os impactos da política de desvalorização cambial, uma evolução nos níveis salariais apresentados. Essa estratégia fez com que a China voltasse gradativamente para o papel de “fábrica do mundo”, voltada para a produção de bens industriais de baixo valor unitário e que possuíam posição estratégica, como aponta (MEDEIROS, 2009).

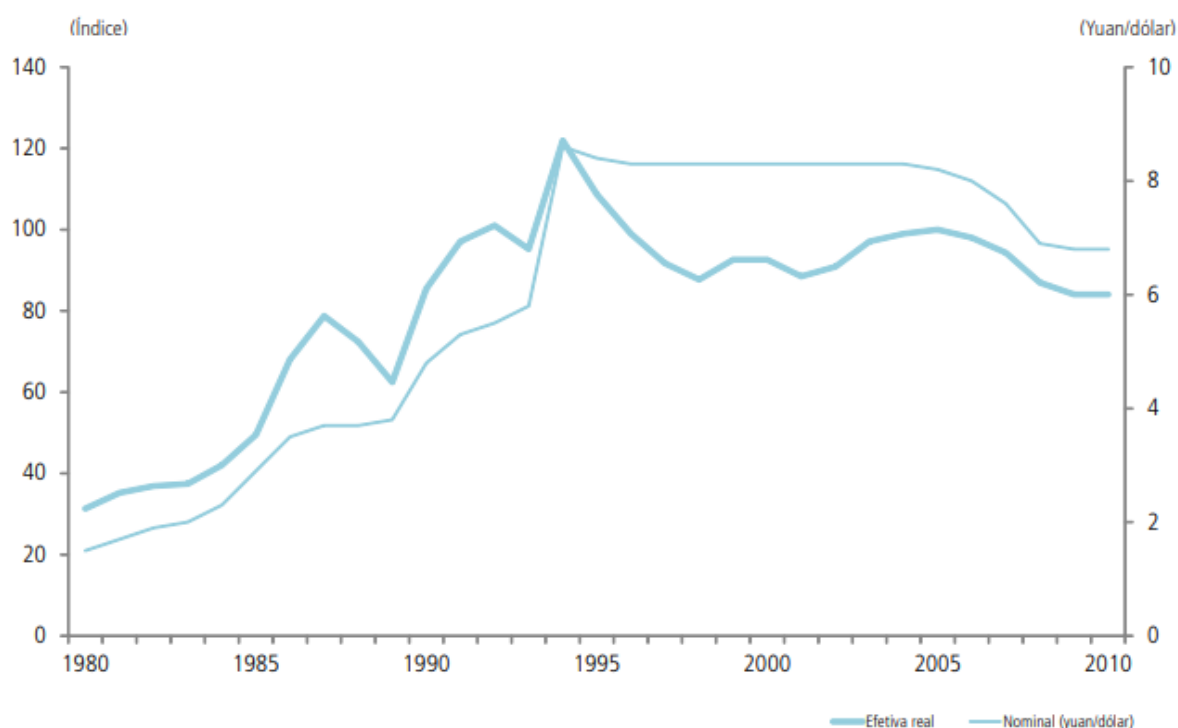
Sendo assim, o modelo econômico chinês que auxiliou no milagre econômico tinha a participação de diversos fatores, como propriedade estatal, propriedade privada, planejamento centralizado, política industrial com protecionismo seletivo, forte regulação do sistema financeiro, direcionamento do crédito e integração controlada com o exterior. Outro ponto que pode ser citado e que impulsionou esse desenvolvimento econômico foi a desaceleração

demográfica da população, contribuindo positivamente com o aumento das poupanças familiares.

Para criar condições dos valores das mercadorias chinesas terem um baixo valor unitário e ser possível exportar para todo o mundo, bem como em resposta ao acesso facilitado ao mercado dos Estados Unidos, pela condição obtida de nação beneficiada, a China promoveu política cambial diferenciada. De 1980 a 1994 a taxa de câmbio acumulou desvalorização nominal de 470%, resultando em alteração na taxa efetiva real de 290%. Seu efeito colateral foi inflação elevada, em torno de 12% ao ano (a.a.), de 1987 a 1994, com pico de 24% neste último (CISESKI, 2012).

O gráfico a seguir mostra como variou a taxa de cambio após as políticas cambiais aplicadas:

Figura 9 – Taxa de câmbio chinesa



Fonte: World DevelopmentIndicators/World Bank, 2012.

É possível destacar a importância dos diversos incentivos fiscais que foram intensificados após a abertura comercial, fazendo com que os capitais externos se dirigissem para o país visando as exportações e acabaram influenciando na abertura de zonas econômicas especiais (ZEEs) criadas para direcionar sua produção para a exportação. A princípio os setores mais beneficiados com os esforços foram os da produção de calçados, têxteis e

brinquedos que aproveitaram a mão de obra barata e bem treinada, o que deixava os custos de produção extremamente baixos.

Ao observar as políticas de investimento adotadas podemos ver a sua importância e como ela é confirmada pela contabilidade do crescimento inspirada no modelo de Solow. Segundo Whalley e Zhao (2010), mesmo após ajustar para a melhoria, vinda da força de trabalho em função de avanços educacionais, o aumento na incorporação do capital físico continuou a responder pela maior parcela do crescimento econômico da China, contribuindo diretamente com 45% da expansão do PIB de 1978 a 2008.

Esse desempenho positivo e os baixos custos foram também favorecidos pelas condições de infraestrutura, indicativo da aptidão do Estado em prover bens públicos essenciais e que melhoraram a qualidade de vida do trabalhador. A rede de transportes juntamente com as facilidades de logística contribuíram para a redução dos custos e para reforçar a posição da China como elo estratégico para a otimização das cadeias produtivas internacionais. É impossível descrever o milagre chinês sem enfatizar a mão de obra barata e de certa qualidade.

Vale salientar que a política de comércio exterior foi muito bem efetuada, com a utilização de uma taxa de câmbio desvalorizada que favorecia as exportações. Além disso, a criação das ZEEs além de facilitar o acesso a recursos e à tecnologia estrangeira, que foi utilizada para estudo e aperfeiçoamento das técnicas internas também promoveu uma pequena reforma rural que aumentou a produtividade desse setor e forneceu maiores oportunidades de estudo e emprego.

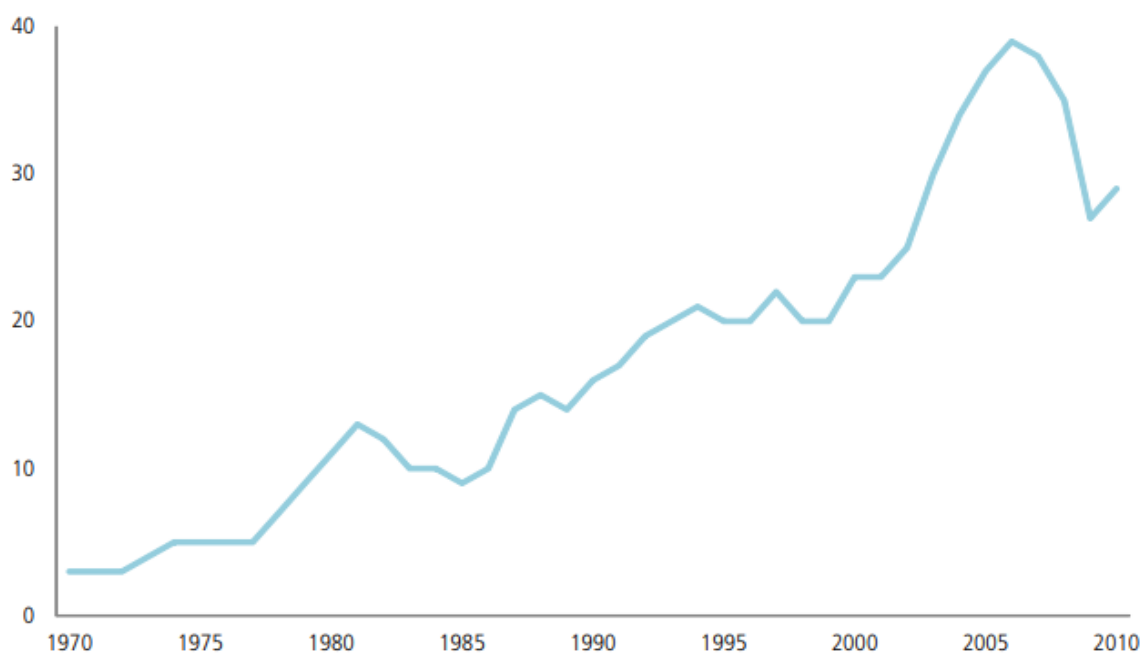
Essas políticas contribuíram para que a China pudesse driblar os constrangimentos da balança de pagamentos, ao mesmo tempo em que promoviam o crescimento da demanda estrangeira e do PIB. Assim, mesmo com tamanha influência externa o governo chinês manteve sua capacidade de intervenção na economia, tendo um papel fundamental no auxílio das classes mais afetadas pelo processo de mudança que ocorria.

Com o desenvolvimento das ZEEs as exportações passaram a ter um papel cada vez mais importante em relação ao PIB chinês, visto que antes a abertura comercial e a entrada de investimentos externos fizeram com que a China que antes era um país quase que em sua totalidade agrário passasse a ser conhecida como a “fábrica do mundo”, visto que a abertura econômica trouxe também um aumento da produtividade na zona rural, ocasionando uma mudança estrutural e uma migração para as zonas econômicas em busca de emprego. Tratando-se da mudança estrutural, segundo Ciseski (2012) a industrialização na China

ocasionou um maciço deslocamento da população camponesa, que era de baixa produtividade, onde passaram a trabalhar na manufatura industrial. Como consequência disso houve uma diminuição da participação da agricultura no emprego que saiu de 69% em 1980 para apenas 40% em 2008.

A figura a seguir representa como a participação do setor industrial aumentou em relação aos anos no país.

Figura 10 - Peso das exportações (Participação no PIB, em %)



Fonte: World DevelopmentIndicators/World Bank, 2012.

A partir de todos esses fatores apresentados e como consequência, as exportações entre 1984 e 1995 cresceram 17% ao ano, passando de US \$27 bilhões para US \$148,8 bilhões. A participação do comércio exterior no PIB, que era de apenas 10% em 1978, atingiu 44% em 1995 (GUIMARÃES, 2011).

Como resultado das políticas econômicas adotadas, desde que se deram início às reformas internas, em 1978, a China cresceu a taxas elevadíssimas, próximas, na média, a 9% (a.a). Esse crescimento meteórico seu deu por alguns fatores que vão muito além da abertura comercial, visto que além do investimento de capitais externos o país também contou com um maciço investimento interno do governo que atacou principalmente a área da indústria com os maiores gastos. Outro ponto importante é que todos esses fatores somados a elevados patamares de popança e investimento da população que teve ganhos substanciais de qualidade

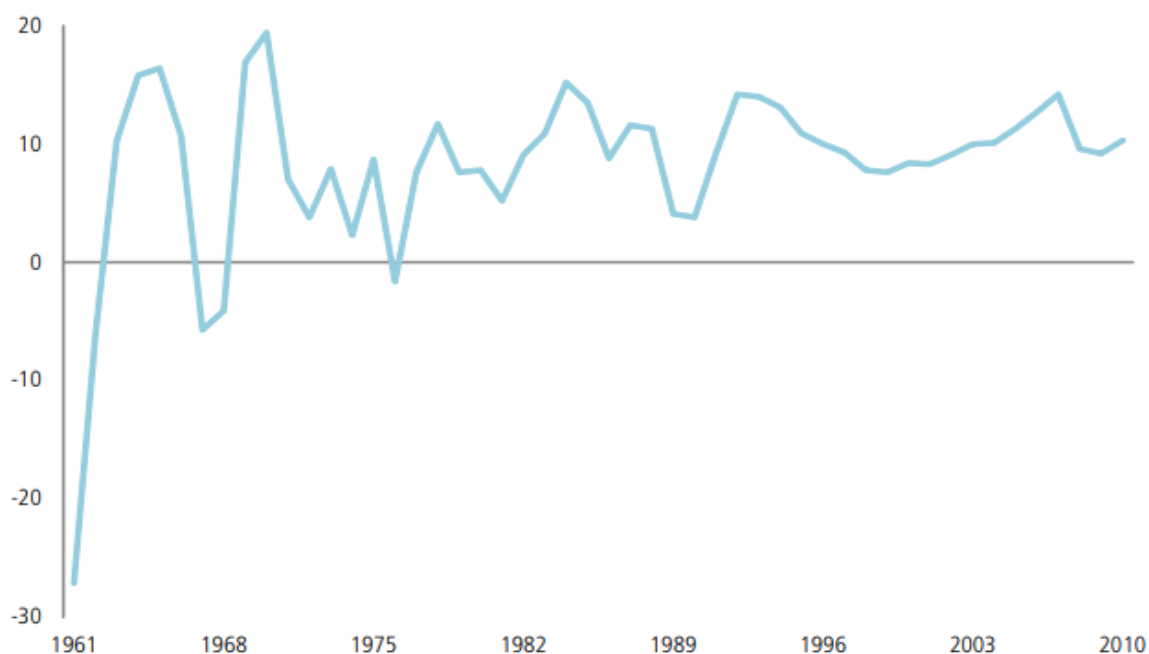
de vida e aumentou bastante a sua produtividade, viabilizando assim o milagre econômico chinês.

A alta taxa de poupança permitiu financiar o investimento, que subiu de 30% do PIB na década de 1970 para 40% nos anos 2000, com pico de 48% em 2009, nível elevado mesmo em relação ao prevalecente no período de milagre econômico de Japão e Coreia do Sul, apresentado por Ciseski (2012).

Em relação ao crescimento da indústria, foram adotadas medidas bastante protecionistas, políticas de subsídios e incentivos tributários e também as políticas de crédito. Segundo Rodrik (2009, 2011) e Rodrik e McMillan (2011), os países bem-sucedidos promoveram uma mudança estrutural ao aderir a políticas ativas para aumentar a rentabilidade das atividades industriais modernas e acelerar o movimento de recursos em sua direção.

A figura a seguir representa como variou o PIB chinês entre 1961 – 2010, período de tempo que inclui o de milagre econômico:

Figura 11 - Crescimento do PIB (Variação anual, em %)



Fonte: World DevelopmentIndicators/World Bank, 2012.

Portanto, a figura acima ilustra como o PIB chinês se movimentou positivamente a partir de 1975, apresentando resultados positivos em todos os anos, com uma média de crescimento acima de 9% a.a., resultados impressionantes e duradouros.

A partir desse cenário pode-se entender a importância da participação do Estado no desenvolvimento econômico, porém, auxiliado também pelos investimentos externos que

facilitaram a entrada de tecnologias estrangeiras. Esse trabalho em conjunto, auxiliado pela desvalorização da moeda, as políticas que priorizavam as exportações e o aumento da renda nacional que aumentou as poupanças das famílias e incentivou o consumo interno foram os propulsores do conhecido milagre econômico chinês, durando de 1978 a 2012, 34 anos de melhorias tecnológicas e da qualidade de vida da população.

Dentro desse cenário, segundo as estimativas do Banco Mundial, entre 1978 e 2004, 500 milhões de pessoas teriam deixado a linha de pobreza (medida por US \$1 por dia), com a proporção de pobres caindo de 60%, em 1978, para 10% em 2004. Nesse mesmo período, a renda média da população quadruplicou (GUIMARÃES, 2011).

Na mesma linha de raciocínio, Ciseski (2012) concluiu que essa queda nos índices de pobreza e aumento da renda se deram principalmente pelo êxodo rural ocorrido na década de 1980 pelo alto crescimento e investimento na indústria que chegou a 40% do PIB. Essa movimentação interna fez com que a população tivesse acesso a uma melhor qualidade de vida, saúde e educação como consequência desses avanços.

Não obstante, o crescimento acelerado da renda traduziu-se em melhoria substancial dos indicadores sociais, fazendo com que a expectativa de vida ao nascer subisse de 44 anos para 73 anos de 1960 a 2009. Além disso, a taxa de alfabetização dos maiores de 15 anos passou de 66% para 94% da população de 1982 a 2009, e a proporção de indivíduos que vivem abaixo da linha de pobreza, pelo critério de renda inferior a US\$ 2 por dia, expressos no índice de Paridade do Poder de Compra (PPC), despencou de 59% em 1981 para 12% em 2005.

Contudo, os índices de diminuição da pobreza e de fome indicaram performances totalmente diferentes das registradas no Brasil, indicando uma diminuição do nível de pessoas abaixo da linha da pobreza, além do aumento considerável no número de pessoas alfabetizadas e da expectativa de vida, que subiu de 44 anos para 73 anos no mesmo espaço de tempo.

Portanto, entende-se que além de trazer benefícios satisfatórios no meio econômico, o milagre chinês também beneficiou positivamente quase que em sua totalidade a população chinesa, visto que antes deste período de desenvolvimento o país passava por momentos de muita dificuldade e péssimas condições de vida para sua população, entretanto, com as medidas adotadas e com o aumento do investimento em infraestrutura foi possível elevar não só a qualidade de vida da população, mas também a sua expectativa de vida.

4 DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS DOS MODELOS ESTUDADOS

Após discutir separadamente quais os cenários anteriores e entender quais fatores foram cruciais para os períodos de milagre econômico em ambos os países, nessa sessão será possível elencar quais as principais diferenças e semelhanças dos modelos econômicos aplicados e entender o porquê o período chinês de desenvolvimento foi mais duradouro e obteve melhores resultados em relação ao brasileiro.

Observa-se que em ambos os casos, os governos foram bastante intervencionistas e utilizaram de políticas econômicas expansionistas para alavancar o crescimento das nações, por esse motivo, foi essencial o capítulo 2 deste trabalho que abordou de forma simples a teoria macroeconômica Keynesiana, para que pudéssemos entender a importância da participação estatal no desenvolver da economia.

Como citado anteriormente, a participação do Estado foi essencial para que os resultados obtidos fossem satisfatórios, pois só assim foi possível desenvolver os setores industriais que impulsionaram a economia. Além disso, o modelo exportador que foi adotado em ambas as partes visava abrir os mercados internos para os fluxos de capitais estrangeiros, fazendo com que o processo de industrialização fosse acelerado e trouxesse benefícios rápidos e duradouros. A abertura para a entrada de capitais estrangeiros também foi essencial para que houvesse o aumento das tecnologias nas nações, visto que os países subdesenvolvidos acabam se beneficiando pelo acesso a novas informações pela incapacidade de produzi-las.

Não obstante, foi possível observar em ambos os casos o investimento na área de infraestrutura, bem como as políticas de crédito, ajudaram a beneficiar tanto o setor industrial, como o de serviços e também a área agrícola, com expressivos ganhos de produtividade, possibilitando abastecer não só o mercado interno, mas também o mercado internacional. O aumento da Produtividade Total dos Fatores (PTF) favoreceu todos os setores da economia, beneficiando o crescimento dos indicadores e diminuindo os custos de produção por unidade produzida. O incentivo interno ao aumento de consumo de bens de consumo duráveis também pode ser apontado como um alicerce para o desenvolvimento nacional.

Dentro desse cenário, tanto o Brasil como a China acabaram registrando índices de crescimento do PIB bastante parecidos, onde o primeiro registrou um crescimento médio de 11% a.a., enquanto o segundo girou em torno de 9%a.a.

Entretanto, apesar dos países apresentarem índices de crescimento parecidos, os períodos de crescimento econômico foram bastante diferentes entre as nações, pois enquanto

no Brasil o período de milagre durou apenas cinco anos e já apresentava sinais de esgotamento do modelo utilizado ao final do ano de 1973, consequência da crise mundial gerada pelo choque do petróleo e pela diminuição do mercado das exportações, além do aumento das taxas de juros internacionais que estrangularam as contas brasileiras, o milagre chinês foi muito mais duradouro e extenso, passando trinta e quatro anos desde o seu início em 1978, até chegar 2012 e começar a sofrer mais fortemente com os resultados da crise mundial de 2008.

Além disso, os ganhos em qualidade de vida da população foram opostos, visto que a população chinesa ganhava em qualidade de vida com o aumento dos serviços de educação e saúde advindos dos investimentos das ZEEs para obter mão de obra qualificada, cerca de 500 milhões de chineses saíram da linha da pobreza, diminuindo a proporção dos pobres de 60% na década de 1960 para apenas 10% da população em 2004. Esses efeitos se deram graças ao aumento substancial das rendas familiares que foram beneficiadas com a abertura das indústrias e saíram do meio rural. O fator de aumento da renda familiar foi essencial para que o milagre econômico chinês fosse tão extenso, visto que a poupança familiar teve um papel crucial no desenvolvimento do modelo.

Já no caso brasileiro a realidade foi totalmente diferente, pois o período de milagre foi benéfico apenas para os detentores dos meios de produção, visto que mesmo com o crescimento elevadíssimo do PIB, a população sofreu com o aumento da pobreza e da fome, além da falta de serviços básicos que são essenciais para a qualidade de vida em uma sociedade, onde um exemplo claro disso foi em 1966, onde o ministério da saúde recebia 4,29% da orça nacional, em 1974 o investimento era de vergonhosos 0,99% (ATAIDE, 2015). A política expansionista que visava atender o mercado exterior, os ajustes fiscais e a desvalorização do salário mínimo levaram ao aumento no preço dos alimentos e consequentemente insegurança alimentar em nível nacional.

Outros fatores contribuíram para esse descaso, como o aumento da demanda insatisfeita de trabalhadores mais “qualificados” causadores do aumento da desigualdade, as isenções fiscais, o arrocho salarial e a repressão dos sindicatos justificam a trajetória de aumento da disparidade. Nesse cenário alarmante o salário mínimo chegou a perder cerca de 20% do seu valor real nesse período, fator que impossibilitava que existisse uma poupança familiar, fator crucial no desenvolvimento chinês.

Portanto, entende-se como a participação do Estado como força motriz da economia foi essencial para os períodos de milagre econômico em ambos os países, entretanto, também ficou notório como a falta de intervenção em alguns setores estratégicos podem influenciar negativamente nos resultados finais obtidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo apresentou quais características e fatores foram essenciais para os períodos de milagre econômico no Brasil (1968- 1973) e na China (1978 – 2012) pudessem alcançar determinado êxito em seus respectivos modelos econômicos, fortalecendo o debate sobre tal tema. Acrescenta-se a contribuição de diversos pesquisadores e economistas como Celso Furtado, Fábio Giambiagi, Lu Zheng, Pedro Ciseski e tantos outros, auxiliando na formação deste trabalho.

Os períodos de milagre foram consequência de diversos fatores que vão muito além de um aumento desordenado dos gastos do Estado no setor industrial, mas também passou por reformas estruturais e fiscais, que passaram a viabilizar as medidas adotadas. No caso do Brasil, as políticas aplicadas no PAEG I foram essenciais, para que fosse possível controlar o déficit fiscal das gestões anteriores, além de desacelerar em partes o problema da inflação com seus mecanismos de correção monetária, podendo assim aumentar a arrecadação do governo. A partir disso foi possível que o então ministro da fazenda Delfin Neto pudesse aplicar suas políticas fiscais expansionistas, fazendo com que a economia crescesse de forma considerável.

Já no caso chinês, a saída da União Soviética e o fim do embargo comercial com a ONU foram os principais fatores que levaram a China entrar em seu período de crescimento econômico, visto que com a abertura comercial e o “desenvolvimento a convite” financiado pelos EUA, foi possível que o país asiático deixasse de ser uma nação fortemente ligada ao setor agrícola e passasse a investir de forma maciça no setor industrial, com o propósito de virar um dos maiores exportadores do planeta.

Além disso, foi observado através de uma revisão bibliográfica e da análise de diversos dados do IBGE e do Banco Mundial, além de tabelas, como a participação de capitais externos e principalmente a participação do Estado auxiliando e incentivando o crescimento da economia foram essenciais nesses processos de milagre econômico, frisando a

importância de ambientes externos extremamente favoráveis, tanto para suprir o aumento da oferta de produtos industrializados e agrícolas em ambos os países, consequência do processo de industrialização acelerado e aumento da produtividade em diversos setores, mas também através da abundância de políticas de crédito, que ajudaram a financiar tamanhos investimentos. Em ambos os casos, a abertura do mercado interno para a chegada de capitais e indústrias estrangeiras foi de suma importância para o fortalecimento do setor industrial e para a chegada de novas tecnologias.

Diante das causas apresentadas, entende-se que os resultados apresentados em ambas as nações foram extremamente satisfatórios, visto que houve um crescimento acelerado do PIB, chegando em média a 11% a.a. no Brasil e 9% a.a. na China. Entretanto, observou-se que apenas o país asiático teve ganhos consideráveis na qualidade de vida da sua população, que durante os 34 anos de desenvolvimento conseguiu tirar cerca de 500 milhões de chineses que viviam abaixo da linha da pobreza para condições de vida aceitáveis. Além disso, o investimento em setores essenciais da economia como educação, saúde e infraestrutura possibilitaram que a população aumentasse sua produtividade e impulsionasse os resultados apresentados. Em relação ao país latino americano, mesmo com os resultados econômicos extremamente positivos, a população brasileira da época acabou perdendo consideravelmente sua qualidade de vida, visto que os mais beneficiados pelo processo de milagre econômico foram as classes mais ricas da sociedade. O período acabou registrando perdas substanciais do poder de compra da população, além de registrar desvalorizações reais no valor do salário mínimo e diminuições significativas do investimento na área da saúde e educação.

Políticas públicas foram essenciais em ambos os casos para que fosse alcançado determinado êxito de crescimento econômico, mas a preocupação com a qualidade de vida da população através de investimentos pontuais em alguns setores e de uma repartição mais igualitária dos ganhos exponenciais registrados seria essencial para que os resultados no Brasil fossem tão impactantes e duradouros como os registrados no modelo chinês.

Desse modo, como vimos acima, os processos de milagre econômico têm algumas características parecidas, mas também muitas diferenças. Entende-se como foi importante a participação ativa do Estado na economia e como segue sendo essencial para encontrarmos alternativas plausíveis e completas na busca de soluções para auxiliar em momentos de instabilidade econômica como os apresentados atualmente, não só no Brasil, mas em todo o

planeta, provenientes da crise sanitária instaurada pela pandemia de COVID-19 e pelo conflito armado entre Rússia e Ucrânia.

REFERÊNCIAS

- ATAIDE, Glauber. **O desastre da economia, da saúde e da educação na Ditadura Militar. A Verdade: portal de informações**, jan. 2015. Disponível em: [O desastre da economia, da saúde e da educação na Ditadura Militar - A Verdade](#). Acesso em 08 Fev. 2022
- BARONE, Ricardo Stazzacappa; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. A distribuição de renda durante o “milagre econômico” brasileiro: um balanço da controvérsia. **Texto Para Discussão, IE/Unicamp**, n. 251, 2015. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3386/TD251.pdf> . Acesso em 25 Set. 2021.
- BENITZ, Leonardo de Noronha Dantas. **Distribuição de renda e o milagre econômico brasileiro (1968-1973)**. 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/193302> . Acesso em 26 Set 2021.
- BESERRA, Paulo. **A relação entre desigualdade de renda e crescimento econômico no Brasil**. 2012. Disponível em file:///C:/Users/W7/Downloads/1383942307Beserra_Paulo_Henrique_Distribui%C3%A7%C3%A3o_e_crescimento.pdf.pdf. Acesso em 24 Mai. 2021.
- BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomics, 2001/Macroeconomia. 2004**.
- CANO, Wilson. **Milagre brasileiro: antecedentes e principais consequências econômicas**. UFRJ, UFF, CPDOC, APERJ, v. 2004, p. 40, 1964. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/03/W-Cano-O-milagre-econ%C3%B4mico.pdf>>. Acesso em 23 Mai. 2021.
- CARVALHO, C.; CATERMOL, F. **As relações econômicas entre China e EUA: resgate histórico e implicações**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, jun. 2009. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/11296>>. Acesso em 26 Mai. 2021.
- CISESKI, Pedro. **China: Milagre econômico e desafios pós-crise financeira internacional**. 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4553>. Acesso em 24 Mai. 2021.
- CUNHA, Andre Moreira. A economia política do "milagre chinês". **Encontro Nacional de Economia (36.: 2008 dez.: Salvador, BA). Anais.. Salvador: ANPEC, 2008. 1 CD-ROM.**, 2008. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30303/000685278.pdf?sequence=1> . Acesso em 26 Set. 2021.
- DA SILVA ANTUNES, Felipe. **A importância do papel do Estado na atividade econômica**. A Economia em Revista-AERE, v. 22, n. 1, p. 15-30, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EconRev/article/view/56719> . Acesso em 11 Abr. 2022.

DE MEDEIROS, Carlos Aguiar. **China: Desenvolvimento econômico e ascensão internacional**. 2008. Disponível em: <https://www.excedente.org/wp-content/uploads/2014/11/10.pdf>. Acesso em 26 Mai. 2021.

DE MEDEIROS, Carlos Aguiar. **Notas sobre o desenvolvimento econômico recente na China**. 2012. Disponível em: <http://200.144.254.127:8080/textos/medeiroschina.pdf>. Acesso em 28 Set 2021.

FROYEN, Richard. **Macroeconomia**. Saraiva Educação SA, 1999.

FURTADO, Celso. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1969.

GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André Arruda. **Economia Brasileira Contemporânea**. Elsevier Brasil, 2005.

GOMES, Victor; PESSÔA, Samuel; VELOSO, Fernando. **Evolução da produtividade total dos fatores na economia brasileira: uma análise comparativa**. 2003. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5049>. Acesso em 24 Mai. 2021.

GRANDI, G. Celso Furtado, **100 Anos: O Brasil Pós-“Milagre”(1981)**. Informações Fipe, São Paulo, n. 477, p. 69-76, 2020.

GREMAUD, Amaury Patrick; DE VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval; TONETO JR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2011.

GUEDES, Douglas; RANGEL, Tauã. **O BOLO CRESCEU, MAS A FOME AUMENTOU: AS CONTRADIÇÕES DO MILAGRE ECONÔMICO BRASILEIRO**. v. 2, n. 1, 2017. Disponível em: <http://multiplosacessos.com/multaccess/index.php/multaccess/article/view/23>. Acesso em 24 Mai. 2021.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. **A economia política do modelo econômico chinês: o estado, o mercado e os principais desafios**. Revista de Sociologia e Política, v. 20, p. 103-120, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/9cDntdytGZ7PgcYnSxSqfJb/?lang=pt>. Acesso em 25 Mai. 2021.

HAMMOUD, R. H. N. Crescimento, **desenvolvimento e desigualdade de renda. Análise dos clássicos: Furtado, Cardoso e o “Milagre” Econômico**. Universidade Federal do Paraná, 2012. Disponível em: http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/arquivos_servidor/XI_ANPECSul/artigos_pdf/a1/ANPEC-Sul-A1-07-crescimento_desenvolvime.pdf. Acesso em 23 Mai. 2021.

HERMANN, Jennifer. Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, Editora Campus, 2005. Disponível em: <https://home.ufam.edu.br/salomao/Economia%20Brasileira/Texto%203a.pdf>. Acesso em 25 Set. 2021

HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição de renda e crescimento econômico**. In: Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 41, jan-abr. 2001, p. 67-76. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142001000100007. Acesso em 24 Mai. 2021.

INTROINI, Marcelo. O desenvolvimento econômico chinês e a funcionalidade de um sistema financeiro sob permanente transformação. **Seminário Pesquisar China Contemporânea**, n. 4, p. 43-43, 2020. Disponível em:

<https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/chinabrasil/article/view/3500> . Acesso em 27 Set. 2021.

LEITE, Alexandre César Cunha et al. **O projeto de desenvolvimento econômico chinês-1978-2008: a singularidade de seus fatores políticos e econômicos**. 2011. Disponível em:

<https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/3344/1/Alexandre%20Cesar%20Cunha%20Leite.pdf> . Acesso em 27 Set 2021.

MARINELI, Felipe. **O pensamento de Antônio Delfim Netto e o milagre econômico brasileiro (1968-73)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde30012018191648/publico/2017_FelipeMarineli_VCorr.pdf . Acesso em 26 Set. 2021.

MCMILLAN, M.; RODRIK, D. **Globalization, structuralchangeandproductivitygrowth**. National Bureau of Economic Research, 2011. Disponível em:

<https://www.nber.org/papers/w17143>. Acesso em 25 Mai. 2021.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. China: estabilidade e crescimento econômico. **Revista Brasileira de Economia Política** , v. 30, n. 2, pág. 201-218, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rep/a/F3rdpjPK4Jf8cq49BjtXpKN/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 13 Mar 2022.

PAULINO, Ana Elisa Lara. O impacto do “milagre econômico” sobre a classe trabalhadora segundo a imprensa alternativa. **Revista Katálysis**, v. 23, p. 562-571, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/sXk5ZyqcRkx5DHBCCfj8rLN/abstract/?lang=pt> . Acesso em 25 Set. 2021

RODRIK, Dani. **A taxa de câmbio real e o crescimento econômico**. Artigos do Brookings sobre atividade econômica, v. 2008, n. 2, pág. 365-412, 2008. Disponível em:

<https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/11389/NEP027043.pdf?sequence=1>. Acesso em 25 Mai. 2021.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Mark Tushnet e as assim chamadas dimensões ("gerações") dos direitos humanos e fundamentais: breves notas**. Rei-Revista Estudos Institucionais, v. 2, n. 2, p. 498-516, 2016. Disponível em:

<https://estudosinstitucionais.com/REI/article/viewFile/80/97>. Acesso em 12 Mar. 2022.

TAVARES, Maria da Conceição. **Celso furtado e o Brasil**. 2018. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fpabramo.org.br/xmlui/handle/123456789/281> . Acesso em 07 Mar. 2022.

VASCONCELOS, Francisco. **Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula**. In: Revista Nutrição, Campinas, n. 18, v. 4, jul-ago.2005, p.439-457. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732005000400001. Acesso em 24 Mai. 2021.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. **Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica**. Revista Brasileira de Economia, v. 62, p. 221-246, 2008. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbe/a/5SyG8QnVhQHdyfKdd893mk/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 23 Mai. 2021.

WHALLEY, John; ZHAO, Xiliang. The contribution of human capital to China's economic growth. **China Economic Policy Review**, v. 2, n. 01, p. 1350001, 2013. Disponível em: <<https://www.worldscientific.com/doi/abs/10.1142/S1793969013500015>>. Acesso em 25 Mai. 2021.

ZHENG, Lu. O caminho do desenvolvimento econômico chinês. **BELLUCCI, B.(Comp.). Abrindo os olhos para a China. Rio de Janeiro: Educam**, p. 75-99, 2004. Disponível em: http://209.177.156.169/libreria_cm/archivos/pdf_831.pdf#page=73 . Acesso em 27 Set. 2021.

MATHEUS VINÍCIUS MENDES GIBSON

MILAGRE ECONÔMICO: Uma Análise Comparativa Entre Brasil (1968 – 1973) e China
(1978 – 2012)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Ciências
Econômicas Do Campus Agreste da
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE,
na modalidade de artigo científico, como
requisito parcial para a obtenção do grau de
bacharel em Economia.

Aprovado em: 25/05/2022.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Marcio Miceli Maciel de Sousa (Orientador)

NG – CAA – Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. André Luiz de Miranda Martins (Examinador interno)

NG – CAA – Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. José Valdecy Guimarães Júnior (Examinador interno)

NG – CAA – Universidade Federal de Pernambuco